

Termômetro do Radar de Projetos (TRP)

Apresentação de Resultados 2019-2021



RADAR PPP

Segmento:

Iluminação Pública



OFERECIDO POR:

Azevedo Sette
ADVOGADOS

fevereiro
2021

3 de fevereiro de 2021

O Radar de Projetos

OFERECIDO POR:

DESENVOLVIDO POR:

Azevedo Sette
ADVOGADOS

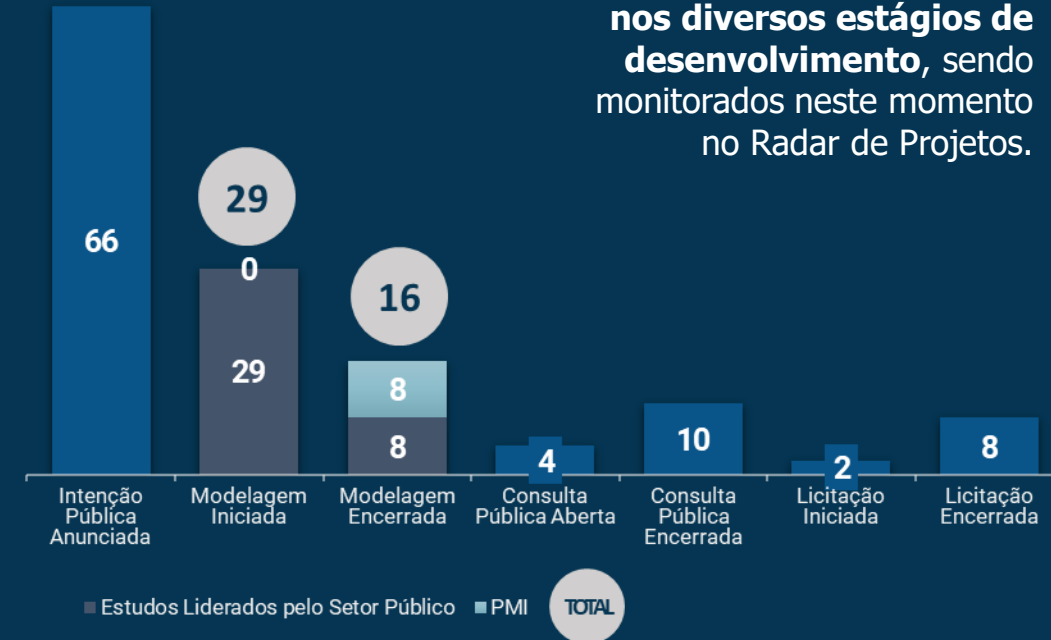


- São **48 os contratos de PPP** do segmento de **Iluminação Pública** monitorados em nosso banco de dados.



- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP possui, atualmente, **informações sobre mais de 2.850 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.

- O segmento de **Iluminação Pública** é o primeiro em **concentração de projetos**, com 390 iniciativas identificadas.



- Existem **135 projetos nos diversos estágios de desenvolvimento**, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.

- Além desses, há **151 outros projetos**, não computados no gráfico acima, que alcançaram a situação de paralisados nos últimos meses e **que podem retornar para situação de projetos ativos em 2021.**

Iluminação Pública



Nos últimos 30 dias...

**4**
novos projetos
inseridos

foram detectados 4 novos projetos de Iluminação Pública, sendo dois em municípios do Maranhão.

**2**
consultas públicas
abertas

2 projetos alcançaram a fase de Consulta Pública, cujos concedentes municipais são do MA.

**35**
novidades
capturadas

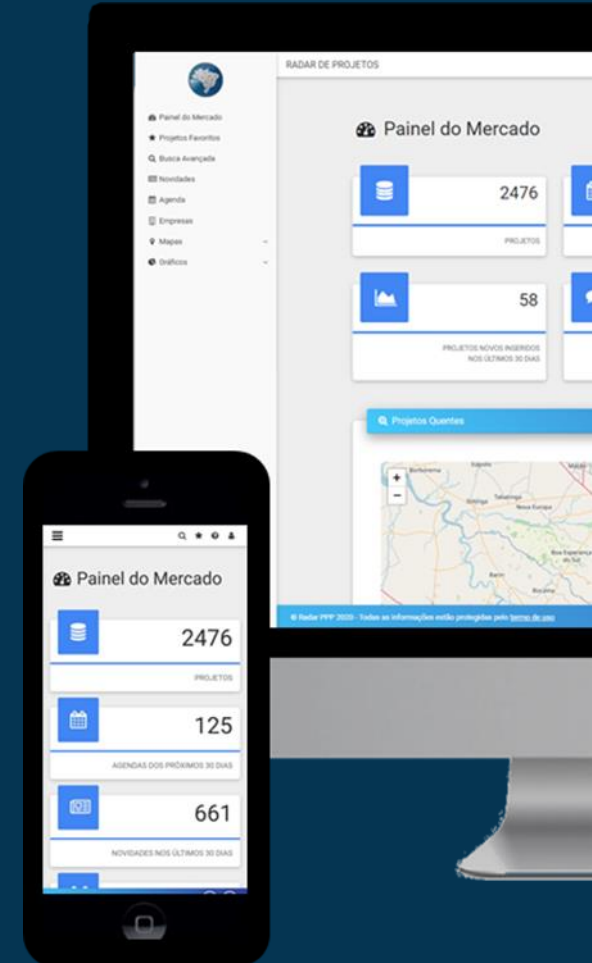
35 novidades capturadas por meio de publicações governamentais nos últimos 30 dias impactaram 32 projetos, atualizando seus históricos.

**6**
evento
mapeado

a agenda dos projetos revela 6 evento associado a 5 projeto para os próximos 30 dias.

Novos
Projetos**Iluminação Pública (Balneário Gaivota)**
Iluminação Pública
Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público EncerradosSanta Catarina | Balneário
Gaivota**Iluminação Pública (Tuntum)**
Iluminação Pública**Consulta Pública Aberta**

Maranhão | Tuntum



Conceber e implantar projetos de receita acessória dentro de uma concessão de IP já seria desafiador o suficiente. **Monetizá-lo é ainda mais.**

Por mais que as concessionárias instaladas tenham tentado, a única receita acessória efetivada foi a oriunda da venda dos materiais substituídos nas redes de IP e inservíveis.

A novidade em si é uma grande dificuldade. O assunto é novo para todo mundo, no mundo todo. Gera incertezas (competências, regulação, fiscalização, etc.).

Falta uma governança pelo lado do parceiro público. Muitos casos envolvem aprovações de diversos órgãos municipais, e esta concertação não é automática e nem pré-estabelecida.

Controlar com rigor uma atividade que é diretamente conectada à tecnologia e inovação parece um contrassenso. O ideal seria conceder **liberdade total para geração de receitas acessórias**, desde que não prejudiquem os indicadores de performance da concessão.

Atualmente, os projetos associados à IP mais óbvios são os que trazem melhorias na prestação de outros serviços públicos. Ou seja, haveria um aprofundamento na prestação dos serviços ao Poder Concedente e **maior exposição ao seu risco de crédito.**

Como o investimento não seria voltado a IP em sentido estrito, seria **muito difícil justificar o uso da COSIP** para pagar ou garantir estes novos pagamentos pelo parceiro público.

O **elevado compartilhamento das receitas acessórias** com o Poder Concedente cria um **desincentivo** a um investimento atualmente tão arriscado.

Para encerrar esta breve análise, há a questão da **competência/capacidade da concessionária de IP para prestar serviços e aplicações de smart cities** que não necessariamente se enquadram como serviços de iluminação pública.



Frederico Bopp
Dieterich, sócio da
área de Infraestrutura
do Azevedo Sette
Advogados

“Monetizar receitas acessórias em PPPs de IP é mais difícil do que pode parecer.”



Iluminação Pública

Evolução do Termômetro do Radar de Projetos

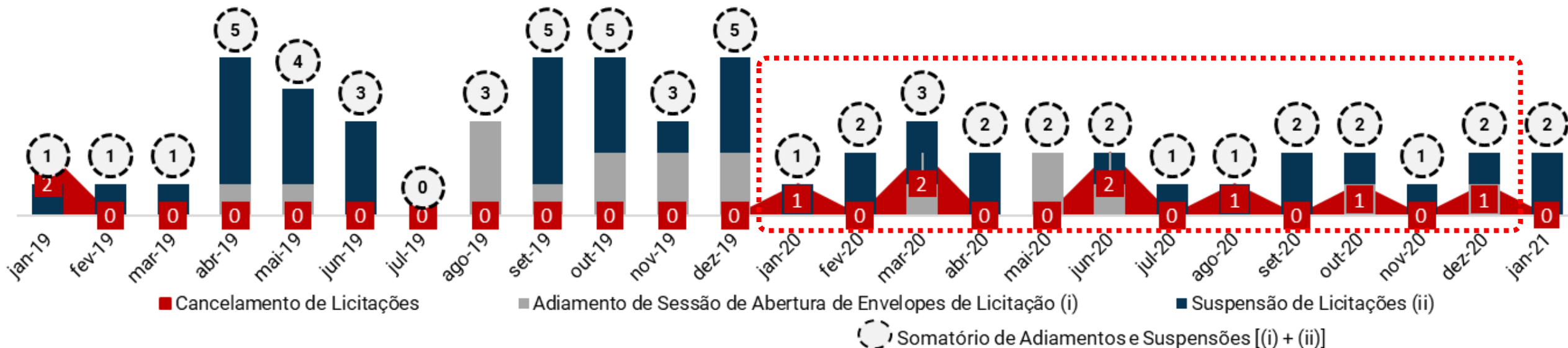


Iluminação Pública



Variáveis do TRP: adiamento, suspensão e cancelamento de licitações

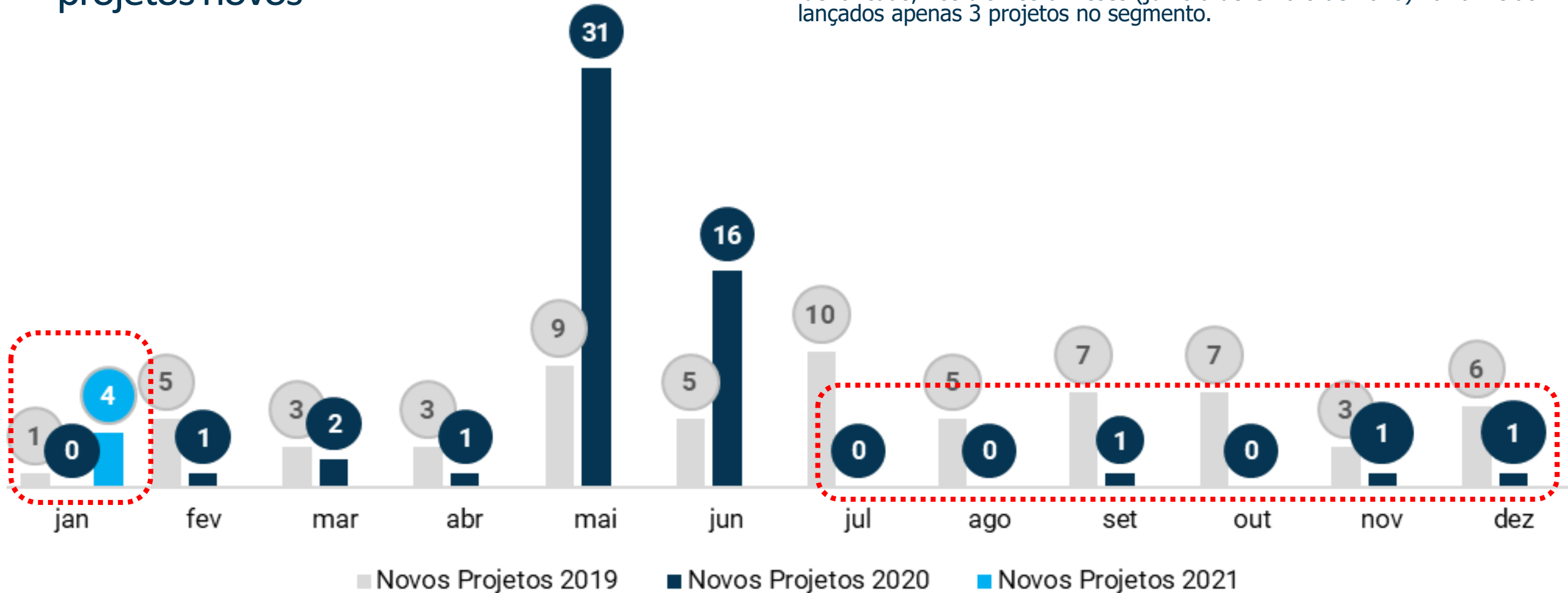
- 1 Tradicionalmente o segmento de iluminação pública não apresenta elevado quantitativo de projetos que tenha licitações canceladas. Como na maior parte da série, não foram observadas estas ocorrências em janeiro/21.
- 2 Foram observados 2 adiamentos e suspensões de licitações em janeiro/21, patamar semelhante ao observado em todo o ano de 2020.



Iluminação Pública

Variáveis do TRP:
projetos novos

3 O ano de 2021 se inicia intenso no segmento de iluminação pública. Foram 4 novos projetos lançados, patamar superior ao observado nos meses de janeiro de 2019 (1) 2020 (0). Para se der ideia do quão expressivo é o valor identificado, nos últimos 6 meses (julho a dezembro de 2020) haviam sido lançados apenas 3 projetos no segmento.



■ Novos Projetos 2019

■ Novos Projetos 2020

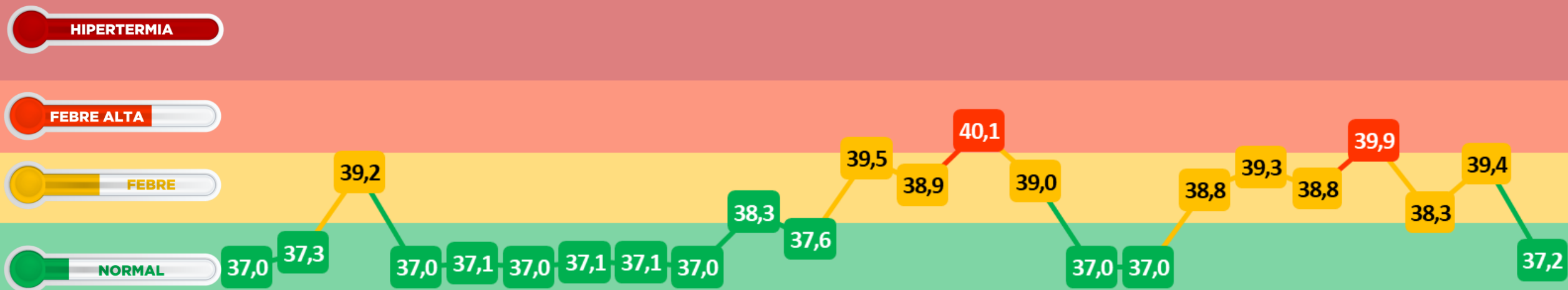
■ Novos Projetos 2021

Iluminação Pública



Evolução do Termômetro do Radar de Projetos TPR 2019 – 2021

- O ano de 2020 foi de grande variação de temperatura para o segmento de iluminação pública. O setor chegou a apresentar febre alta em outubro, quando alcançou 39,9°C.
- Já o ano de 2021 se inicia semelhante ao ano de 2019, com temperatura normal. Após 6 meses de temperatura febril, o segmento retornou à normalidade em janeiro/21.



fev-19 mar-19 abr-19 mai-19 jun-19 jul-19 ago-19 set-19 out-19 nov-19 dez-19 jan-20 fev-20 mar-20 abr-20 mai-20 jun-20 jul-20 ago-20 set-20 out-20 nov-20 dez-20 jan-21

Superação dos desafios | *Smart Cities* através do uso das redes de iluminação pública

Não se pode negar os potenciais ganhos econômicos e benefícios sociais significativos que a implantação de *smart cities* (cidades inteligentes) pode gerar através da adoção de aplicações inovadoras para lidar com desafios associados à saúde, mobilidade urbana, abastecimento de água, segurança pública, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, dentre outros.

No âmbito da Administração Pública, o aspecto principal das *smart cities* relaciona-se ao uso eficiente dos recursos públicos através do planejamento da cidade e à possibilidade de integração entre as demandas de sua população e a atuação dos agentes públicos. Não se trata apenas de trazer para a cidade novas tecnologias, mas garantir melhora na qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, o conceito de cidades inteligentes vai muito além da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicações, compreendendo, também o uso de sistemas urbanos inteligentes para a melhor alocação de recursos públicos, envolvendo também, de maneira mais abrangente, a participação governamental na criação de redes de transportes urbanos mais inteligentes, instalações melhoradas de abastecimento de água e de eliminação de resíduos, formas mais eficientes de iluminação, administração urbana mais interativa e segura para a população, dentre outros serviços públicos que utilizem integração e interconexão de sistemas e infraestruturas para permitir um melhor desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico.

No Brasil, houve algumas tentativas frustradas de implantação de *smart cities* por meio de PPPs cujo objeto contemplava a gestão integrada do serviço de iluminação pública e a implementação de soluções tecnológicas como monitoramento do trânsito, veículos e prédios públicos. O projeto Itatiba: Cidade + Inteligente, por exemplo, teve a licitação suspensa pelo TCU/SP, sob a alegação de ilegalidade focada na chamada aglutinação de serviços distintos e impossibilidade de remuneração da prestação dos serviços de tecnologia pela COSIP, cujos recursos são constitucionalmente vinculados ao serviço de IP. Em contrapartida, temos a PPP do parque de iluminação pública celebrado por Belo Horizonte/MG para a substituição de 182 mil luminárias de vapor de sódio por LED, das quais ao menos 20% deverão adotar o sistema de telegestão, que permite o monitoramento pelo Centro de Controle e, ainda, a incorporação de outras tecnologias, como internet Wi-Fi e câmeras.

No mundo temos diversos exemplos de cidades que utilizam a rede de iluminação pública para integrarem soluções inteligentes. Barcelona, na Espanha, talvez seja o exemplo mais emblemático, tendo recebido em 2014 o título de *smart city* em função de projeto desenvolvido pela municipalidade que, integrando iluminação pública, veículos elétricos, internet pública (Wi-Fi) e controle de temperatura, umidade e poluição nas vias públicas, viabilizou a otimização desses serviços em bases sustentáveis.

**Contribuição de Helena Virgili, advogada da área de Infraestrutura do Azevedo Sette*

Azevedo Sette
ADVOGADOS



Rafael Adler, sócio da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados

“Smart cities devem compreender também o uso de sistemas urbanos inteligentes para a melhor alocação de recursos públicos.”



O presente documento é um oferecimento de **Azevedo Sette Advogados** e da **Radar PPP**

Informação e análise de qualidade são elementos fundamentais para que o mercado de PPPs e concessões possa se desenvolver.

Entre em contato!

Infraestrutura e Projetos

Azevedo Sette Advogados é um dos principais escritórios no setor de infraestrutura e Direito Público. Temos tradição de mais de 40 anos em licitações, privatizações, direito regulatório, concessões, PPP (Parcerias Público-Privadas), contratos de engenharia e contratos administrativos. Também temos participação ativa nas fusões e aquisições de infraestrutura, bem como no financiamento de projetos (*project finance*) no Brasil e no exterior. Particularmente em relação às PPPs, nossa atuação inclui, ainda, a representação dos nossos clientes em demandas de contencioso administrativo e judicial, particularmente em casos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Experiência em M&A, Contratos, Direito Regulatório Contencioso e Arbitragem, PPPs, PMI, MIP, BTO, Concessões, Project Finance, Investimentos, entre outros.



Azevedo Sette
ADVOGADOS

Visite nosso site: azevedosette.com.br



O Radar de Projetos é o mais completo banco de dados sobre a experiência brasileira com concessões e PPPs. Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

O Termômetro do Radar de Projetos é um oferecimento da Radar PPP para os milhares de profissionais que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade das concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo o emprego de recursos públicos e tarifários.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco (info@radarppp.com). A Radar PPP sempre estará aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.

 **RADAR PPP**

Visite nosso site: radarppp.com



Para esclarecimentos sobre a metodologia do Termômetro do Radar de Projetos, consulte <https://www.radarppp.com/biblioteca/>.